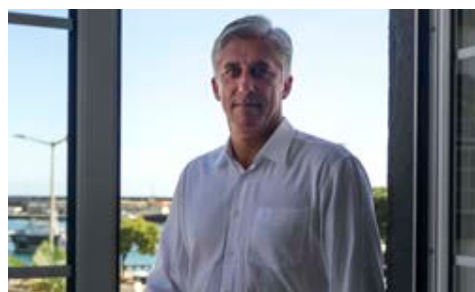




PSD p.9

“Acordo de Paris só vale por aquilo que formos capazes de realizar”



Regionais p.16

“Um projeto forte” para os Açores

POVO LIVRE



nº 1938

5 de outubro de 2016

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



Um governo de “faz de conta”

Pedro Passos Coelho na festa do PSD de Pombal



Debate no parlamento

“Economia está a crescer metade daquilo que se esperava”



O presidente do PSD acusa o Executivo de fazer do investimento público a variável do ajustamento orçamental, argumentando que o Governo está disposto a não gastar nada até ao final do ano se for preciso para cumprir déficit. “O investimento público está em forte contração, sem que isso provoque nenhum problema de coerência entre aqueles que suportam o Governo, mas não há nenhuma dúvida: o investimento público é hoje a variável de ajustamento orçamental e se for preciso não gastar nada até ao final do ano para cumprir a meta, o governo não gastará nada”, afirmou Pedro Passos Coelho, no encerramento de um debate de urgência convocado pelo PSD sobre captação de investimento e crescimento económico, no parlamento, 28 de setembro.

Pedro Passos Coelho ressaltou esperar “que o Governo cumpra a meta do déficit porque ela é importante para as finanças públicas do país e para a credibilidade do país”, sublinhando que “o que tem é de se saber é que o caminho que está a ser seguido não é necessariamente aquele que tinha de ser seguido, porque havia alternativas”.

O líder do PSD entende que não vale a pena “usar malabarismos” com dados estatísticos de entidades credíveis, porque “o desempenho da economia está francamente abaixo da expectativa do Governo e dos agentes no mercado”. “A nossa economia está a crescer sensivelmente metade daquilo que se esperava”, afirmou, argumentando que “uma das fraquezas do processo de recuperação está precisamente na variável investimento”.

Defendendo que é preciso “atender à qualidade do investimento”, o presidente social-democrata



afirmou que não é com o capital que o país detém que consegue crescer o suficiente, sendo necessário exportar mais e atrair mais investimento direto externo. “É difícil não ter uma estratégia clara para isto e ao mesmo tempo acrescentar dúvidas quanto à permanência de Portugal no euro, quanto à necessidade de reestruturar ou não a dívida - é a discussão que é suscitada no apoio que é dado ao Governo”, sustentou.

“Quando o Governo tem ideias como colocar acesso a contas bancárias a partir de 50 mil euros, alterações ao IMI, alterações ao arrendamento urbano, quando fala sobre novos imposto sobre o património justamente na área imobiliária que é aquela que mais dinamismo tem tido nos últimos anos, quando o ministro das Finanças vem dizer que pode haver mexidas nos impostos indiretos, nós sabemos que esse não é o caminho”, concluiu.



António Guterres é o “vencedor claro”



A eleição de António Guterres no Conselho de Segurança para secretário-geral das Nações Unidas “é histórico para Portugal”. Pedro Passos Coelho destaca o papel que o Governo e a diplomacia portuguesa desempenharam no processo. “É histórico para Portugal, é a primeira vez que um português terá este lugar tão relevante”, afirmou o presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, em declarações no Palácio de Belém, no final da cerimónia de condecoração do ex-presidente do Tribunal de Contas Guilherme d’Oliveira Martins, do anterior presidente do Tribunal Constitucional Joaquim Sousa Ribeiro e do histórico dirigente socialista Manuel Alegre, dia 5 de outubro.

Pedro Passos Coelho expressa assim as congratulações, em seu nome e em nome do Partido Social Democrata, ao Governo português, pela relevância que teve no processo, à diplomacia portuguesa, mas sobretudo ao engenheiro António Guterres.

Passos Coelho reiterou ainda que António Guterres era “manifestamente o melhor candidato de todos os que se apresentaram”, considerando que “irá encher Portugal de orgulho” nos próximos anos pela forma como irá liderar a Organização das Nações Unidas.

“Era o melhor candidato de todos os que se apresentaram, e que seguramente irá encher Portugal de orgulho nos próximos anos pela forma como irá liderar a Organização das Nações Unidas. Hoje é um dia de júbilo e amanhã será ainda mais importante. Não posso deixar de estar tão satisfeito por este resultado que nos enche de orgulho”.

O Conselho de Segurança anunciou quarta-feira, 5 de outubro, que António Guterres é o “vencedor claro” da votação, recebendo 13 votos de encorajamento (em 15 votos), sem qualquer veto. Este órgão, com poder de veto, deverá aprovar na quinta-feira uma votação a indicar o nome de António Guterres para a Assembleia-Geral das Nações Unidas, formalizando assim a eleição do sucessor de Ban Ki-moon. António Guterres vai liderar, a partir de 1 de janeiro, uma casa que conhece bem, depois de ter chefiado o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), entre junho de 2005 e dezembro de 2015, uma organização com cerca de 10.000 funcionários em 125 países.



Novo “campus” da Faculdade de Economia da Universidade Nova



O presidente do Partido Social Democrata esteve, dia 27 de setembro, no lançamento da primeira pedra da futura Faculdade de Economia da Universidade Nova. O novo “campus” da Nova School of Business & Economics (SBE), em Carcavelos, no concelho de Cascais, terá capacidade para cinco mil alunos e insere-se na estratégia do executivo para “atrair conhecimento, competência e atividade ao município, de forma a torná-lo mais atrativo”. O espaço da Nova SBE irá também contribuir para a requalificação de uma área de 83.579 metros quadrados, localizada entre o Forte de S. Julião da Barra e a urbanização da Quinta de S. Gonçalo, junto à praia de Carcavelos.

Na sequência da conclusão de todo o processo de licenciamento e de adjudicação da obra, a Fundação Alfredo de Sousa deu início à empreitada, que deverá ficar concluída no primeiro trimestre de 2018, permitindo a entrada em funcionamento no ano letivo seguinte. A cerimónia contou ainda com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e do presidente da Câmara de Cascais, Carlos Carreiras.





Pedro Passos Coelho na festa do PSD de Pombal

Um governo de “faz de conta”

O Governo e os partidos de esquerda que o apoiam querem construir uma sociedade “mais pobre e mais injusta”. Fazendo referência à proposta de novo imposto para proprietários com património avaliado acima dos 500 mil euros, o presidente do PSD considera que o Governo pretende construir uma sociedade em que todos tenham “pouquinho”. “Se poupar um bocadinho não tem mal. Agora, se acumularem mais, aí cuidado. Cuidado porque eles acham mesmo que quem acumula e quem poupa é mau”, realçou Passos Coelho, fazendo uma espécie de alerta de que “quem tem muito”, com este Governo, “não pode estar cá”.

Quem tenha muito e “estiver cá, vai-se arrepender”, sublinhou, referindo que o executivo socialista considera, com este tipo de proposta, que vai “prometer uma sociedade mais justa”.

Para o presidente do PSD, o que o Governo está a propor é “uma sociedade mais pobre e mais injusta”, frisou Passos Coelho, que falava durante uma festa promovida pela concelhia de Pombal dos sociais democrata, domingo, 2 de setembro. “O que queremos é acabar com a pobreza, não é acabar com a riqueza”, defendeu Passos Coelho, perante uma plateia composta por centenas de apoiantes, a maioria de Carnide, em Pombal - freguesia onde o PSD registou mais de 70% dos votos nas últimas autárquicas.

Num discurso centrado nas críticas ao atual Governo, Passos Coelho considerou que o executivo vive “numa mentira pegada”: “O Governo diz que acabou a austeridade, mas não há uma semana em que não vêm notícias a dizer que não há dinheiro. Agora, parece que não vai haver dinheiro para a saúde até ao final do ano”.

De acordo com Pedro Passos Coelho, os atuais governantes “preferem fazer a triste figura de dizer que acabou a austeridade” do que confessar “a triste figura que fizeram durante quatro anos” em que defendiam que “o mundo ia ser melhor” desde que o PSD não estivesse a governar.



“Vivemos num faz de conta, mas pelo menos temos um Primeiro-Ministro bem disposto e que gosta de graçolas”, constatou Passos Coelho, referindo que até lhe daria “vontade de rir, se isto não fosse a sério”.



Shimon Peres, um “homem sábio”

O PSD recorda o prémio Nobel da Paz Shimon Peres como “um político e estadista extraordinário”, que se situava “apaixonadamente ao centro numa parte do mundo onde os extremismos são frequentes”. “Morreu Shimon Peres, aos 93 anos de idade. Discípulo de Ben Gurion e o último da geração dos fundadores do Estado do Israel, Shimon Peres foi um político e estadista extraordinário. Acima de tudo, foi um homem sábio”, refere o PSD numa nota enviada às redações.

O PSD recorda o longo currículo de Shimon Peres: duas vezes primeiro-ministro, ministro da Defesa, dos Negócios Estrangeiros, das Finanças, dos Transportes: “Shimon Peres foi um patriota à procura da paz. Participou ativamente nos Tratados de Oslo, o primeiro grande passo para a busca da paz com os palestinianos”.

Para o PSD, a biografia do ex-Presidente de Israel “ainda está por fazer e mais proezas políticas e diplomáticas estão certamente por revelar”. “A sua lon-

gevidade deixou muitas histórias em Israel. Conta-se que numa discussão com os seus adversários políticos, Shimon Peres terá dito: ‘Não se preocupem, não me vou esquecer de morrer’. E nós, Partido Social Democrata de Portugal, nunca esqueceremos Shimon Peres. Obrigada”, refere o comunicado.

Shimon Peres faleceu no dia 28 de setembro de 2016. Tinha 93 anos. Sofreu um acidente vascular cerebral (AVC) em 13 de setembro e encontrava-se hospitalizado desde então. Peres era o último sobrevivente da geração dos “pais fundadores” de Israel e foi um dos principais artesãos dos acordos de Oslo, assinados com os palestinianos em 1993, o que lhe valeu a atribuição do Nobel da Paz em 1994. Shimon Peres ocupou quase todos os mais importantes cargos políticos em Israel - ministro de várias pastas em vários governos, primeiro-ministro interino, primeiro-ministro e Presidente (2007-2014).



“Acordo de Paris só vale por aquilo que formos capazes de realizar”



Jorge Moreira da Silva acusa o atual Governo de “nada” fazer para colocar em prática o Acordo de Paris, um tratado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. “Vale a pena perguntar. O que têm feito o atual Governo e a Coligação das Esquerdas para colocar em prática o Acordo de Paris que foi aprovado há 1 ano? Nada. Pior, fizeram-nos retroceder.”

Durante a reunião plenária com o debate sobre “Alterações Climáticas”, o vice-presidente do PSD referiu que durante o Governo de Pedro Passos Coelho, conquistaram “resultados que são eloquentes e só a cegueira ideológica é que não se deslumbra com esses resultados”: “Os resultados são eloquentes e só a cegueira ideológica o não vislumbra: no reforço das energias renováveis que passaram de 45% para 62%, no corte de 4 mil milhões de euros nas rendas excessivas, na dinamização do autoconsumo de energia, na redução de dependência energética para o valor mais baixo dos últimos 20 anos, nos incentivos à mobilidade elétrica e na tributação de carbono, no acordo histórico para o reforço das interligações, no reforço do investimento verde e nas metas ambiciosas para 2030”.

Resultados esses visíveis “no reforço das energias renováveis que, em quatro anos, o PSD conseguiu que se passassem de 45% para 62% e nos incentivos à mobilização elétrica e à tributação de carbono.”

“O PSD deixou aprovadas metas ambiciosas para 2030, tanto nas energias renováveis, nas CO2 e na eficiência energética”, aludiu.

Segundo o vice-presidente do PSD, “o clima está a mudar e mudará ainda mais nos próximos anos, em resultado dos erros do nosso modelo de desenvolvimento assente na economia do fogo”. Sublinhando que um dia seremos julgados pelas gerações futuras, o deputado enfatizou que este é o tempo da liderança e que “esta geração tem de estar à altura das suas responsabilidades”.

“Hoje tudo terá de mudar. É da mudança de mentalidade e não apenas de tecnologia que depende a nossa capacidade para vencer este desafio. Hoje as responsabilidades são ainda maiores e nenhum pretexto ou preconceito é justificável. Já não há disputa sobre a base científica das alterações climáticas, já não há disputa quanto às consequências e custos da inação, já não há dúvidas quanto aos benefícios económicos e de geração de emprego



associados à descarbonização, ao crescimento verde e à verdadeira revolução energética em curso. O combate às alterações climáticas é urgente, mas esse combate está totalmente ao nosso alcance e será economicamente vantajoso”.

Manifestando-se confiante quanto ao futuro, Jorge Moreira da Silva sublinhou a importância histórica do “acordo de Paris”, acrescentando que é tempo de o levar à prática.

“As Cimeiras e as negociações são um meio e não um fim. As pessoas estão cansadas de proclamações vagas. É preciso agir e reformar. O Acordo de Paris só vale por aquilo que formos capazes de realizar”, sublinhou Moreira da Silva.

Pensões mínimas aumentaram 6,2% entre 2011 e 2014



O vice-presidente do PSD, Marco António Costa, destacou o aumento de 6,2% nas pensões mínimas feitas pelo Governo PSD/CDS. “O que sabemos é que nós aumentámos as pensões mínimas em 6,2% no tal período tão difícil e tão severo que vivemos entre 2011 e 2014, quando antes o PS as congelou”, afirmou Marco António Costa, em conferência de imprensa, no Porto, 3 de outubro.

O vice-presidente do PSD respondeu desta forma aos jornalistas que o questionaram sobre a possibilidade de as pensões mais baixas terem um aumento de 10 euros. Marco António Costa falava durante uma conferência de imprensa realizada para denunciar o “inaceitável embuste” do estudo “Desigualdades de Rendimentos e Pobreza em Portugal”, de acordo com o qual os mais pobres foram especialmente penalizados com a quebra de rendimento dos portugueses entre 2009 e 2014.

De acordo com o social-democrata, foi “durante o governo do PS, até 2011, que os pobres foram mais penalizados do que os ricos”. “A novidade que mereceu mais destaque na divulgação do estudo foi que os ricos, afinal, tinham suportado um esforço proporcionalmente menor do que os pobres durante o ajustamento. Ora, esta novidade é falsa”, afirmou Marco António Costa.

Para o vice-presidente do PSD, “as conclusões apresentadas pelos autores do estudo e a forma como foram apresentadas permitiram ser aproveitadas para favorecer uma visão distorcida da realidade”.

“A maior parte da redução de rendimentos no período 2009-2014 ocorre por efeito das medidas orçamentais adotadas pelo governo do PS. Entre agosto de 2011 e maio de 2014, a classe de rendimentos mais elevados passou a figurar entre as mais afetadas”, destacou.

Para Marco António Costa, a opção pelo aumento dos impostos diretos feita pelo governo PSD/CDS foi “um instrumento fundamental no combate à desigualdade e à pobreza”.

“Justamente o inverso do que o atual governo do PS está a fazer, ao colocar a máxima pressão fiscal nos impostos indiretos, os que atingem de forma mais cega e indiscriminada os estratos mais desfavorecidos da população”, sublinhou.

Na análise feita ao estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos, o PSD conclui que os efeitos do programa de ajustamento, levado a cabo enquanto esteve no Governo, “foram conscientemente contidos para os estratos mais desfavorecidos da população, minimizando os impactos negativos ao nível das desigualdades”.

Ministro das Finanças “falseia” execução orçamental

O vice-presidente da bancada do PSD António Leitão Amaro acusa o ministro das Finanças de falsear sobre os dados da execução orçamental, afirmando que “em nada estão em linha” com o Orçamento do Estado para 2016. “A execução orçamental está nada em linha com o previsto no Orçamento do Estado. Temos um ministro das Finanças que falseia esses dados, retira confiança e revela um Governo que não está a fazer o que devia pelo país”, acusou António Leitão Amaro.

O deputado do PSD afirmou que “a ficção do ministro das Finanças sobre os números é claramente desmentida” pela realidade, e acusou o Governo de recorrer a “truques” para chegar ao valor anunciado de 81 milhões de euros de melhoria no défice, face ao ano passado.

De acordo com Leitão Amaro, “se o Governo tivesse pago este ano” as verbas relativas aos “pagamentos em atraso”, que “estão a crescer 27% face ao início do ano”, o défice estava a piorar. “O número de melhoria de 80 milhões de euros face ao ano anterior seria na verdade uma evolução negativa e o défice estaria pior, mais de 150 ME”, acentuou.

Recorde-se que “a despesa com o investimento público cai 22 por cento face ao que estava previsto no Orçamento”

Quanto à receita, Leitão Amaro sublinhou que “era suposto ter um aumento de 5,5% e está a cair 0,1 pontos percentuais” e que a receita fiscal “devia estar a crescer 5,4% e não está a crescer”.

Os impostos diretos “deviam estar a baixar 1,8% e estão a cair 9,1% e o IRC devia cair 1,1% e está a cair 8,9”, acrescentou, frisando ainda que, quanto ao IVA, “devia aumentar 3,2% mas está a aumentar 0,4%”.

“Ou seja, tudo o que é receita está bem longe, nada em linha, muito fora do que estava previsto no Orçamento do Estado. Porque a economia está estagnada e com isso não se geram receitas”, afirmou.



Teresa Morais no Dia da Pessoa Idosa

“Queremos um verdadeiro plano nacional para o envelhecimento positivo”



O PSD entregou dia 30, no parlamento, uma resolução para que o Governo adote um Plano Nacional de Ação para o Envelhecimento Positivo - programa de políticas públicas de médio prazo que prevê avaliações intercalares por entidades independentes. Esta iniciativa legislativa, apresentada dia 1 de outubro - coincidindo com o Dia da Pessoa Idosa -, partiu da vice-presidente da Comissão Política do PSD, Teresa Morais.

Para a ex-ministra da Cultura, é “fundamental” que Portugal, tal como já acontece em outros países, avance para um modelo de políticas integradas de apoio à população mais idosa.

Assim, o plano proposto pelo PSD deverá ter uma entidade pública coordenadora, agregando áreas do Estado como a administração pública (central e local), a justiça e a segurança, a saúde, a educação, ciência e cultura, a segurança social, entidades representativas do voluntariado, do desporto, a habitação, o ambiente e ordenamento do território.

Entre os temas prioritários de ação, Teresa Morais colocou a economia, o mercado de trabalho, a conciliação da vida familiar e pessoal, as novas tecnologias de informação e comunicação, a relação com organizações não governamentais e a cooperação.

Teresa Morais defende que o Governo deverá adotar um plano de medidas com um horizonte a oito ou dez anos, de médio prazo, prevendo avaliações intercalares (em cada dois anos) de preferência por entidades independentes: “Queremos que exista um verdadeiro plano nacional para o envelhecimento positivo - um plano que o país não tem, nem nunca teve, tendo medidas concertadas e integradas em 14 áreas setoriais. Chamamos envelhecimento positivo, porque existe na sociedade portuguesa uma carga negativa associada que queremos mudar”.

Teresa Morais contrapôs a seguir que é preciso cultivar a ideia de que “o envelhecimento, em si mesmo, é um benefício, devendo ser visto de forma positiva”. “A faixa etária superior a 50 anos é cada vez maior no conjunto da população portuguesa. A sabedoria e experiência desta faixa etária tem de ser aproveitada e os seus direitos têm de ser respeitados e promovidos. Precisamos de um plano que substitua aquilo que o país tem tido nos últimos anos, com medidas avulsas e muitas vezes desconexas”, sintetizou.





José Matos Rosa em Ponte da Barca

O secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, participou na inauguração da sede do PSD de Ponte da Barca, domingo, 2 de outubro 2016.



PSD pede esclarecimentos sobre execução orçamental

O PSD vai requerer a audição urgente do ministro das Finanças na comissão parlamentar de Orçamento, para Mário Centeno explicar os dados da execução orçamental e falar sobre a Caixa Geral de Depósitos (CGD). Num requerimento ao presidente da comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, que deu entrada segunda-feira, na Assembleia da República, os sociais-democratas consideram que os dados da execução orçamental divulgados na semana passada e as declarações posteriores de Mário Centeno, bem como a situação da Caixa Geral de Depósitos exigem a “presença imediata no parlamento” do ministro das Finanças.

O deputado do PSD Duarte Pacheco adiantou que foram essas questões que “precipitaram o pedido” de audição parlamentar, que deverá ocorrer “no máximo no início da próxima semana”, já que não pode esperar pelo processo orçamental. Recordando que na semana passada foram divulgados resultados da execução orçamental que mostram “uma quebra muito grande na receita fiscal e uma economia estagnada”, Duarte Pacheco disse não compreender “a verdade de todo o tamanho” que Mário Centeno transmitiu

sobre esses mesmos números.

“O ministro disse que os dados estavam em linha com o que estava no Orçamento, quer do lado da despesa, quer do lado da receita”, lembrou, considerando que Mário Centeno tem de explicar “o equívoco e corrigir as suas declarações”.

Relativamente à CGD, no requerimento o PSD fala na persistente “clara falta de rumo” sobre o plano de reestruturação - “não se percebendo quando vai ser realizado e qual o seu impacto” - e recorda as recentes declarações do presidente do banco público que referiu que o Governo não deu qualquer indicação à administração para proceder a uma auditoria independente e revelou que considera que tal auditoria não deveria ser da responsabilidade do banco, ao contrário do que determinou o Governo. “Em junho o parlamento discutiu uma proposta do PSD no sentido de ser efetuada uma auditoria externa e independente à CGD, rejeitada pelos partidos da esquerda com o argumento de que o Governo deliberara incumbir a CGD de proceder a uma auditoria idêntica, que incidisse sobre os atos de gestão praticados a partir de 2000 - a qual, soube-se agora, o

Governo não deu instruções à administração da CGD para realizar”, lê-se no requerimento do PSD.

“Alguém não está a falar a verdade”, sublinhou Duarte Pacheco, defendendo que o ministro das Finanças tem de explicar “se pediu ou não a auditoria, se se esqueceu ou se mudou de ideias”.

No requerimento, os sociais-democratas indicam ainda dois outros temas sobre os quais gostariam de ter esclarecimentos de Mário Centeno: “os atrasos preocupantes na implementação da Lei de Enquadramento Orçamental e o ponto de situação do profundo reexame da despesa a todos os níveis da administração pública, com que o Governo português se comprometeu junto da Comissão Europeia”.

“Esta desorientação e falta de seriedade do Governo exigem, desde já, esclarecimentos cabais que tornam indispensável a audição urgente do ministro das Finanças, independente do processo orçamental que se avizinha”, salientam os sociais-democratas no requerimento.

Há riscos no armazenamento dos resíduos nucleares em Almaraz



A distrital do PSD de Castelo Branco manifesta profunda preocupação com o anúncio da construção de um armazém de resíduos nucleares em Almaraz, Espanha, e criticou a fraca determinação do Governo português. “A Comissão Política Distrital do PSD Castelo Branco, na sequência de notícias publicadas (...) que afirmam que o Conselho de Segurança Nuclear (CSN) terá aprovado o pedido de execução e montagem de um armazém temporário individualizado (ATI) da central nuclear de Almaraz, manifesta a sua profunda preocupação por tal decisão, tão nefasta para o nosso território”, lê-se no comunicado enviado à imprensa.

Os sociais-democratas sublinham ainda que a construção desta infraestrutura indicia que as autoridades espanholas pretendem alargar o prazo de laboração da central de Almaraz, um dado que consideram preocupante. “Apesar deste

quadro preocupante, é evidente a fraca determinação do Governo português em relação às autoridades espanholas”, sublinham.

O PSD de Castelo Branco sustenta esta afirmação com as declarações proferidas pelo ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, na última audição junto da Comissão Parlamentar do Ambiente: “Foi perentório ao declarar que não estamos a fazer nada no sentido de pressionar o encerramento de Almaraz”.

Adiantam ainda que o Governo português “deveria pressionar ativamente” o Governo espanhol para o encerramento da central de Almaraz, dando cumprimento a uma resolução da Assembleia da República.

Esta resolução, aprovada por unanimidade, recomenda ao executivo português que intervenha junto do Governo espanhol e das instituições europeias, no sentido de se proceder ao encerramento da central nuclear de Almaraz, localizada em Espanha, a 100 quilómetros da fronteira com Portugal.

“A mesma [central] não só não possui as condições necessárias para estar em funcionamento, tendo reprovado em teste de resistência realizado pela Greenpeace, como já deveria ter sido encerrada em 2010, estando já ultrapassado o tempo de vida útil para as centrais nucleares deste tipo”, conclui o comunicado.

Comissão de Emprego e Assuntos Sociais rejeita a suspensão de fundos a Portugal e Espanha

Foi aprovada, na semana passada por dois terços dos votos, na Comissão de Emprego e Assuntos Sociais, o relatório da eurodeputada do PSD, Sofia Ribeiro, sobre o "Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aplicação das prioridades para 2016". Este documento apela à Comissão Europeia que aplique coerentemente o Pacto de Estabilidade e Crescimento, tendo em conta as crises específicas que os estados-membros têm vindo a enfrentar, como a crise dos refugiados, a ameaça à segurança interna, a crise na agricultura, a crise social e económica e a crise de identidade que está a afetar a própria União. Reforçando esta posição, a Comissão do Emprego e Assuntos Sociais votou contra a aplicação de sanções a Portugal e Espanha, com especial enfoque no Fundo Social Europeu, que é o que de forma mais direta lhe respeita.

A deputada social-democrata acredita que "o facto desta Comissão no Parlamento Europeu ter sido a primeira a pronunciar-se sobre o corte dos fundos estruturais, reforçará a posição do Parlamento Europeu e do seu Presidente na rejeição da suspensão de fundos no diálogo estruturado, da próxima segunda-feira, entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia"

Sofia Ribeiro assume, ainda, ser uma necessidade "a revisão do procedimento por desequilíbrios macroeconómicos", afirmando que "é lamentável que a condicionalidade macroeconómica implique uma eventual suspensão da aplicação dos fundos estruturais nos países sujeitos a sanções no momento em que mais necessitam deles".

Este relatório reforça também a necessidade de um maior equilíbrio entre as dimensões social e económica do Semestre Europeu, através da proposição de um procedimento por desequilíbrios sociais e pelo reforço da ação do Conselho EPSCO.

Para Sofia Ribeiro, "este equilíbrio requer ações concretas, pelo que é necessário que a análise dos indicadores sociais e de emprego seja feita em pé de igualdade com os económicos, e este documento deixa isso explícito, a aprovação deste documento foi um importante passo para reforçarmos a dimensão social da Europa".



PSD quer explicações sobre atrasos nas verbas para academias militares

O PSD questionou o Governo sobre se há algum atraso, e quais os motivos, na publicação do despacho que autoriza as verbas para a abertura do ano letivo nas academias militares. Numa pergunta dirigida ao Governo, entregue no parlamento, o vice-presidente da bancada do PSD Marco António Costa e o deputado social-democrata Pedro Roque questionam se o Executivo vai publicar o despacho necessário “em tempo útil para a abertura do ano letivo evitando mais problemas para os ramos e para os alunos”.

De acordo com o jornal ‘online’ Observador, citando “fontes militares”, o início do ano letivo nas academias militares, a 03 de outubro, pode estar em causa pela ausência do despacho conjunto das Finanças e da Defesa, autorizando uma despesa de cerca de quatro milhões de euros.

“Estas são verbas que se destinam a suportar encargos com remunerações dos alunos, contribuições para a segurança social para um ano de formação, despesas administrativas, fardas, livros e estrutura de funcionamento dos estabelecimentos de ensino”, referem os deputados do PSD.

O atraso na publicação, acrescentam, “está a deixar os ramos numa situação complicada pois não sabem se abrem os cursos de forma condicionada ou se terão menos vagas do que as previstas”, advertem.

No documento que deu entrada em 30 de setembro, os deputados perguntam se o governo confirma os atrasos noticiados e quais as razões que os justificam.



PSD reitera “apoio entusiástico” a Guterres



O líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, considera que a candidatura da Kristalina Georgieva às Nações Unidas “não altera o essencial” do processo e reafirmou o apoio dos sociais-democratas a António Guterres. “Nós cremos que esta substituição da candidata búlgara nesta fase não altera o essencial deste processo. O essencial é que o engenheiro António Guterres demonstrou ser o protagonista da candidatura mais abrangente, mais competente, mais transparente daquelas que estão hoje em cima da mesa para uma decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas”, afirmou Luís Montenegro.

Luís Montenegro destaca o “empenho demonstrado” por António Guterres num processo que já dura há alguns meses e disse acreditar que “qualquer manobra” não possa alterar o essencial do processo. “Ficamos muito tranquilos com todo o desempenho que ele tem demonstrado num processo que dura há vários meses. Desse ponto de vista, sinceramente, queremos acreditar que isto não pode alterar-se por uma qualquer manobra que ainda não está suficientemente explicada”, referiu.

O deputado afirmou ter a noção de que a substituição da candidatura búlgara é “feito dentro das regras” o que, acentuou, “não invalida que seja um tanto ou quanto incompreensível que nesta fase, depois de tantas etapas terem sido percorridas, poder haver uma alteração do que é essencial”.

“O essencial é que está muito demonstrado a capacidade, a valia, do candidato que apoiamos e que, tem sido reconhecido, é aquele que melhor reúne as condições para o exercício do cargo” de secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), frisou.

Luís Montenegro “reitera o apoio entusiástico à candidatura de António Guterres” e espera “que apesar do respeito pela posição de outros Estados, nomeadamente Estados da União Europeia, que a maioria dos Estados possa continuar a dar o apoio a esta candidatura”.

A Bulgária mudou a sua candidata ao cargo de secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), substituindo Irina Bokova por Kristalina Georgieva, vice-presidente da Comissão Europeia Kristalina Georgieva.

Duarte Freitas em entrevista

“Um projeto forte” para os Açores

O candidato do PSD a presidente do Governo dos Açores anunciou que vai manter os programas ocupacionais, solução que critica, mas considera necessária na atual conjuntura. “Os programas ocupacionais irão continuar enquanto forem necessários”, afirmou Duarte Freitas em entrevista à agência Lusa, acrescentando que, apesar da precariedade, estes programas “são necessários num momento de fragilidade e em que não há empregos”.

Existem nos Açores cerca de 6.000 pessoas a frequentar programas ocupacionais, porque a economia “chegou a um ponto muito difícil e de enorme crise”, e, “enquanto a economia não reagir, os programas ocupacionais são necessários”.

Para o candidato social-democrata, o importante é trabalhar para “acabar com esta precariedade” e dar esperança aos jovens, trabalho que se faz “através do desenvolvimento da economia, utilização de fundos europeus e regionais, e captação de investimento externo”, defendendo igualmente alterações legais aos diplomas dos programas ocupacionais.

“O Governo existe para ajudar quem precisa, quando é preciso, mas não para amarrar as pessoas, especialmente os jovens, à falta de esperança e à precariedade e é isso que nós temos de resolver”, declarou o líder do PSD/Açores.

O candidato adiantou que a taxa de desemprego jovem está na ordem dos 40% nos Açores, “apesar de todos os programas ocupacionais existentes”, e este “é um problema que tem de ser atacado e resolvido”.

Alegando que 70% do emprego nos Açores provém de pequenas e médias empresas e que os privados só tiveram 20% das verbas do último quadro comunitário de apoio, Duarte Freitas comprometeu-se, também, a alterar este cenário se vencer as eleições, facilitando e desburocratizando o acesso a estas verbas por parte dos empresários.

“Não quero mudar o que está bem. Quero apenas mudar o que está mal”, garantiu, defendendo que a Educação é a chave para o futuro do arquipélago e preconiza a aposta



na escola digital.

Para o candidato, é importante ultrapassar “os rankings negativos nesta área”, assim como implementar a escola digital. “Defendo uma linguagem informática a partir do 5.º ano de escolaridade, porque nas novas tecnologias temos uma grande mercado, com enorme potencial de criação de emprego, desde logo emprego jovem”, declarou Duarte Freitas, explicando que a escola digital insere-se num plano maior, incluindo estabelecer contratos de autonomia com os estabelecimentos de ensino.

O candidato social-democrata frisou que “a autonomia fez-se para que, em áreas de competência própria, como a Educação e Saúde, a região pudesse estar mais avançada e os açorianos mais bem servidos”.

Na saúde, outra das áreas prioritárias num futuro governo social-democrata, Duarte Freitas comprometeu-se, no prazo de uma legislatura, a ter médicos de família para todos os açorianos, a retomar a deslocação de médicos especialistas às várias ilhas sem hospital e “diminuir fortemente” as listas de espera cirúrgicas, através de “um programa contínuo de produção acrescida, tendo em conta a capacidade instalada ao nível dos blocos operatórios”.

Duarte Freitas, nesta entrevista, declarou-se convicto de que o PSD vai ganhar as eleições. O PSD vai sair vitorioso a 16 de outubro, porque tem “um projeto forte, alternativo e exemplos”, como o caso da liberalização parcial dos transportes aéreos para a região.

“Carlos César perdeu 13 atos eleitorais antes de ser presidente do Governo, eu penso que já tinha a perder os que perdi e, portanto, aqueles de agora para a frente é para ganhar”, realçou o candidato, de 50 anos, natural da ilha do Pico.

Segundo o cabeça de lista, “o PSD está muito solidário, muito unido, renovado e aberto” e soma “mais dois mil novos militantes” desde que é presidente do partido na região.

“Eu não troco ilha nenhuma por nenhuma outra, eu sou um açoriano de todas as ilhas, foi assim quando estive em Bruxelas. Nunca essa questão se colocou e para mim não se coloca. Todas ilhas têm o mesmo valor, a mesma dignidade, a mesma capacidade”, disse.

Para Duarte Freitas, “o que os açorianos têm hoje desse Governo é um enorme ‘boom’ no turismo e nos transportes aéreos”, e isso “é algo que vai marcar para todo o sempre a governação da República do anterior Governo”.

Campanha de proximidade

O PSD nos Açores arrancou, domingo, dia 2, oficialmente a campanha eleitoral na ilha São Miguel. Duarte Freitas, na qualidade de líder do PSD e cabeça de lista pelo círculo de São Miguel, irá fazer uma campanha de “proximidade”. “Aquilo que temos tentado fazer é uma campanha de proximidade. Sinto-me um açoriano de cada uma destas nossas pequenas ilhas, gosto imenso de lá estar com as pessoas”, afirmou Duarte Freitas, acrescentando que o que mais gosta na política é “poder contactar com as pessoas, falar, tocar, ser tocado pelos seus problemas e tentar, com elas, encontrar soluções”.

O candidato social-democrata a presidente do Governo Regional escolheu São Roque, freguesia do concelho de Ponta Delgada liderada pelo PS, para iniciar a campanha eleitoral, visitando a residência abrigo “Vida Nova” do Centro Social e Paroquial, que acolhe 13 utentes, com idades entre os 21 e 59 anos.

Duarte Freitas destacou que o que existe em termos de instituições sociais no arquipélago “não é suficiente”, que nos Açores “a pobreza multiplica-se” e é necessário dar uma “resposta estrutural” a esta área, para a qual disse estar “muito sensível”.

“É uma obrigação civilizacional, uma obrigação da nossa autonomia, que nós encaramos com toda e profunda intenção e responsabilidade”, referiu o candidato, que quer trabalhar para que as “pessoas ao saírem destas instituições possam ter uma esperança, um futuro à sua frente”.

Para Duarte Freitas, que disse ir em média quatro vezes por ano às nove ilhas dos Açores, o trabalho do PSD é para ganhar eleições a 16 de outubro e “no dia dos votos não há que ter medo, porque há esperança, tem de haver esperança”.

A comitiva social-democrata percorreu algumas das ruas do centro da freguesia, tendo o candidato distribuído beijos e abraços aos populares que foi encontrando pelo caminho.



“Compromissos políticos” estão por respeitar



O presidente do PSD/Madeira espera que o Primeiro-Ministro cumpra os “compromissos políticos” com a região, entre eles a construção do novo hospital, a revisão do subsídio de mobilidade e o pagamento de dívida dos subsistemas de saúde. Miguel Albuquerque, que é também presidente do Governo Regional, abriu as III jornadas parlamentares do PSD/Madeira, que decorreram em Câmara de Lobos, sob o tema “Desafios da Autonomia”, dia 26 de setembro.

Miguel Albuquerque afirmou não aceitar que os madeirenses sejam “discriminados ou prejudicados” pela República nos mais elementares princípios constitucionais. “Nesse sentido, aguardamos que o compromisso político do senhor primeiro-ministro, no que se refere à construção do novo hospital da Madeira, seja cumprido com um sinal evidente e concreto já no próximo Orçamento do Estado”, declarou.

Exigiu também que “o Governo central, à semelhança do que fez para os Açores, abra concurso para a ligação de um avião cargueiro entre a Madeira e o continente”.

Além disso, recordou um outro compromisso ao nível da saúde, reclamando créditos em relação ao Estado português: “Aguardamos igualmente que a insustentável dívida dos subsistemas do Estado ao Serviço Regional de saúde, num valor superior a 16 milhões de euros, seja paga com a maior celeridade”.

Recordando ainda o processo do subsídio de mobilidade aérea, Miguel Albuquerque defendeu o cumprimento da lei que obriga à revisão do atual modelo em vigor, ainda não concretizada pelo Governo socialista liderado por António Costa.

“Aguardamos que a lei seja cumprida relativa ao subsídio de mobilidade e que nesse sentido o sistema seja revisto e aperfeiçoado no mais curto espaço de tempo”, pois “tal já deveria ter acontecido há mais de seis meses”, afirmou.

O social-democrata desejou também que “os compromissos e os apoios financeiros relativos aos realojamentos das famílias afetadas pelos incêndios se concretizem com a maior rapidez”, referindo-se aos fogos que atingiram a região em agosto.

Nesta sessão de abertura das terceiras jornadas parlamentares, Miguel Albuquerque deixou também críticas ao Bloco de Esquerda, pela iniciativa que considera “absurda” relativa ao Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM). “Foi o caso da iniciativa tresloucada do Bloco de Esquerda para o agravamento da tributação no CINM que suspendeu a entrada de empresas no nosso centro durante quase dois meses”, afirmou, advertindo que apenas depois de diligências políticas “esta iniciativa legislativa absurda não foi para a frente, salvaguardando postos de trabalho e uma receita fiscal superior a 130 milhões de euros”.

Miguel Albuquerque assegurou que a estrutura partidária que lidera tudo fará para continuar com a política de enriquecimento regional, para que a Madeira “não seja prejudicada por decisões exógenas à região”.

Também o líder do grupo parlamentar do PSD/Madeira, Jaime Filipe Ramos, salientou que esses são alguns dos novos desafios da autonomia, a que se juntam a revisão do Estatuto Político-Administrativo da Madeira, acreditando não ser possível alcançar os objetivos pretendidos sem uma revisão da própria Constituição e lançando o repto aos demais partidos no sentido de todos convergirem para uma solução que seja a mais adequada para os madeirenses.

No que se refere ao subsídio de mobilidade, salientou que esta é uma questão política, razão que levou o PSD a pedir a presença do Secretário de Estado dos Transportes para esclarecer “se há ou não vontade política” para a revisão.



povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

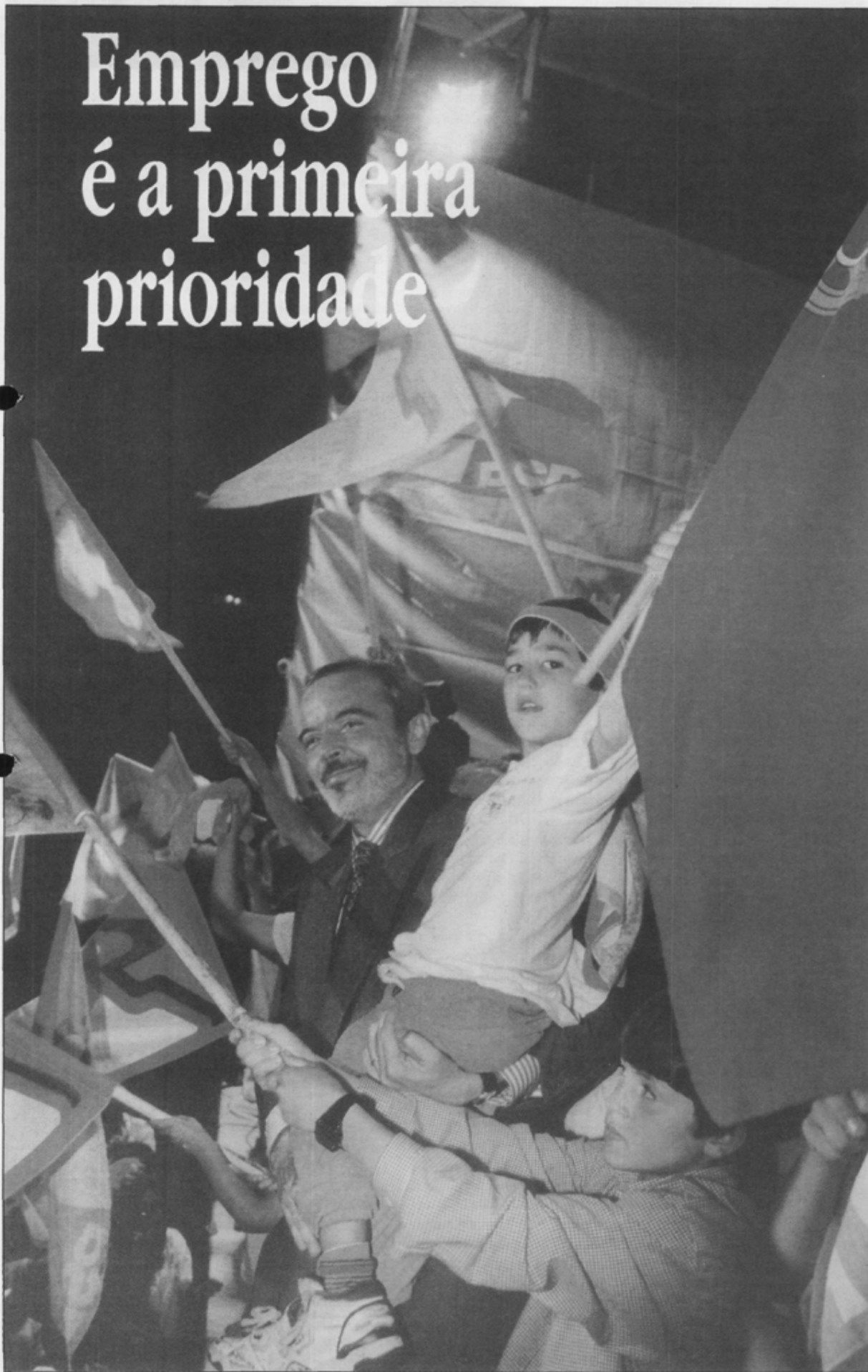
DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO

DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA

N.º 1030 • 19 DE JULHO 1995

PREÇO 100\$00

Emprego é a primeira prioridade



*A minha primeira
prioridade é a
criação de postos
de trabalho, porque
o trabalho
não é apenas
uma questão
de sobrevivência, é
uma questão
de dignidade e de
afirmação da
pessoa humana —
afirmou Fernando
Nogueira perante
muitos milhares
de pessoas no
grandioso comício
em Esposende*

6



O PSD mais ocidental de Portugal na ilha mais ocidental da Europa

Bruno Belo (*)

Estamos a alguns dias das eleições legislativas regionais dos Açores, eleições estas que resultam do facto de os Açores serem uma região autónoma, que foi uma conquista dos açorianos há 40 anos.

Os açorianos conquistaram a possibilidade de poder decidir sobre um conjunto de matérias cujas competências estão regionalizadas, como a saúde, a educação ou a administração pública.

Ao longo desses 40 anos, o poder político foi repartido pelo PSD/A nos primeiros 20 anos e pelo PS nos segundos 20 anos.

O PSD/A teve como linha mestra da sua governação o conceito de “desenvolvimento harmonioso de todas as Ilhas”, fazendo com que as ilhas com maior capacidade económica fossem solidárias com as outras.

Na segunda metade do período autonómico as assimetrias, sobretudo económicas e sociais acentuaram-se, e o PS criou o conceito das “ilhas de coesão”, conceito este que na prática não foi capaz de fazer com que as ilhas mais desfavorecidas convergissem no sentido de diminuir as assimetrias.

Hoje, enquanto líder do PSD/A na parcela de terra mais ocidental da Europa, a Ilha das Flores, sinto que a ilha esta mais distante do poder regional, do que um qualquer açoriano está do poder central, ou até mesmo de um cidadão Português em relação ao poder de Bruxelas. Contudo, não deixa de ser irónico o slogan socialista neste período eleitoral ser “A força da autonomia”.

Quarenta anos depois aquilo que está em causa já não é a geração daqueles que foram os “Pais” da autonomia, mas sim a geração dos “filhos” dessa mesma autonomia. Aqueles que após um enorme esforço para dar formação aos seus filhos, não veem nessa autonomia a capacidade de receber os filhos da sua terra permitindo que estes a possam valorizar.

Assiste-se hoje a um processo de despovoamento muito acentuado, com fragilidades económicas muito grandes, que obviamente levam a um agravamento das condições sociais e consequentemente mais dependente do Estado em matéria de apoios sociais, que só poderá ser invertido se os agentes políticos que governam os Açores forem capazes de perceber que realidades diferentes necessitam de políticas diferentes, padrão comum inadaptado a especificidades de cada ilha, não é coesão. Assim o desafio que se coloca é se esta autonomia tem ou não capacidade de evoluir no sentido de acolher os seus.

Isto de viver insularidade duplicada, por estar distante do poder central e numa ilha arredada das prioridades regionais e da rota de centralidade e desenvolvimento em coesão, não é um processo fácil no nosso quotidiano.

Não baixaremos os braços, enquanto os cidadãos das Flores, não tiverem acesso a princípios básicos da Constituição da República Portuguesa, como a saúde e educação e lutaremos sempre para defender a nossa ilha e as nossas gentes, para que as vozes das Flores sejam consideradas nesta região, sempre que estiver em causa definir o rumo e destino deste Arquipélago.

Cá estaremos para defender sempre aquilo em que acreditamos, e mesmo sendo o PSD mais Ocidental de Portugal, das nossas responsabilidades jamais nos demitiremos, enquanto a Ilha das Flores não for um sítio melhor para viver.

(*) Deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – Círculo Eleitoral das Flores

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



AMARANTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Amarante para reunir, no próximo dia 14 de Outubro de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00 na sede da secção, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise da situação política nacional
- 2 - Análise da situação política concelhia
- 3 - Eleições autárquicas 2017 e coligação autárquica
- 4 - Outros assuntos

AROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Arouca para reunir, no próximo dia 04 de Novembro de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00 no Auditório da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arouca, sito na rua dos Bombeiros Voluntários, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Eleições autárquicas 2017
- 3 - Outros assuntos

BEJA / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Beja, dotados de capacidade eleitoral, para a eleição dos Órgãos Distritais, a realizar no dia 07 de Novembro de 2016 (segunda-feira) pelas 17h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia Distrital
 Eleição da Comissão Política Distrital
 Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital
 Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital
 Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira

Locais de votação

Aljustrel - Praça da República, 17 - 1º - Beja

Almodôvar - Rua Pequeninina - Apart 49 - Almodôvar

Alvito - Av. 1º de Maio, nº 6 - Vila Nova da Baronia

Barrancos - Rua das Terçarias - Moura

Beja - Praça da República, 17 - 1º - Beja

Castro Verde - Rua Pequeninina - Apart. 49 - Almodôvar

Cuba - Praça da República, 17 - 1º - Beja

Ferreira do Alentejo - Praça da República, 17 - 1º - Beja.

Mértola - Praça da República, 17 - 1º - Beja

Moura - Rua das Terçarias - Moura

Odemira - Rua Custódio Brás Pacheco nº 38 C - Vila Nova de Milfontes

Ourique - Rua Dr. António Nobre Semedo, nº 14 - Ourique

Santana da Serra - Anexo à Junta de Freguesia de Santana da Serra - Rua Dr. José da Silva Cristina - Santana da Serra

Serpa - Praça da República, 17 - 1º - Beja

Vidigueira - Praça da República, 17 - 1º - Beja

Notas

- As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital até

às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As candidaturas dos Delegados de Secção devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção correspondente, ou a quem estatutariamente os possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estarão abertas, em todas os locais de votação, das 17h00 às 21h00.

BEJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Beja, para reunir no próximo dia 07 de Novembro de 2016, (segunda-feira) pelas 17h00 na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Secção
 Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 17h00 às 21h00

CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Cabeceiras de Basto, para reunir, no próximo dia 04 de Novembro de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00 na sede - Quinchoso, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Outros assuntos

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do Cartaxo para reunir, no próximo dia 14 de Outubro de 2016 (sexta-feira), pelas 21h30 na sede, sita na Rua Serpa Pinto, Lt. 3 - 1º Dtº, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Processo "Autárquicas 2017"

CENTRO HISTÓRICO DO PORTO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo do Centro Histórico - Porto, para reunir no próximo dia 05 de Novembro de 2016, (sexta-feira) pelas 19h00 na sede distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64 - Porto, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede distrital, ao Presidente da Comissão Política do Núcleo, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 19h00 às 22h00.

ÉVORA / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Évora, dotados de capacidade eleitoral, para a eleição dos Órgãos Distritais, a realizar no dia 11 de Novembro de 2016 (sexta-feira) pelas 17h30, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição dos órgãos distritais

Eleição da Mesa da Assembleia Distrital

Eleição da Comissão Política Distrital

Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital

Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital

Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira

Locais de votação

Alandroal - Rua Direita, 24 - Terena (Casa do Povo de Terena

Arraiolos - Sede distrital - R. Cândido dos Reis, 48 - Évora

Borba - Av. do Povo, 3 - Borba

Estremoz - Largo Dragões Olivença, 89 - Estremoz

Évora - R. Cândido dos Reis, 48 - Évora

Montemor-o-Novo - Rua Horácio Macedo, 28-B - Montemor-o-Novo

Mora - Sede distrital - Rua Cândido dos Reis, 48 - Évora

Mourão - Rua de Mourão, 30 - Mourão

Portel - Sede distrital - Rua Cândido dos Reis, 48

Redondo - Rua Bento de Jesus Caraças (Edifício da Assembleia Municipal)

Reguengos de Monsaraz - Rua Serpa Pinto, 15 - Reguengos de Monsaraz

Vendas Novas - Largo Serpa Pinto, 13 - Vendas Novas

Viana do Alentejo - Rua Cândido dos Reis, 32 - Viana do Alentejo

Vila Viçosa - Largo Mouzinho de Albuquerque, 25 r/c Dtº - Vila Viçosa

Notas

- As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede distrital encontra-se aberta, para o efeito, nesse dia até às 24h00

- As candidaturas dos Delegados de Secção devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção correspondente, ou a quem estatutariamente os possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estarão abertas, em todas os locais de votação, das 17h30 às 23h30.

LAMEGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Lamego para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 29 de Outubro de 2016 (sábado), pelas 21h00 na Escola Básica de Lamego, nº 2 sita Lamego (Sé), com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise da situação político-partidária
- 2 - Autárquicas 2017

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Leiria, para reunir, no próximo dia 15 de Outubro de 2016 (sábado), pelas 14h30 na sede, sita na Av. Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Contributos para a construção do Projecto: Leiria - Concelho Forte Apresentação das reflexões temáticas
- 3 - Discussão e conclusões

PAMPILHOSA DA SERRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Pampilhosa da Serra, para reunir no próximo dia 26 de Novembro de 2016, (sábado) pelas 17h00 na sede sita na Estrada dos Lobatos, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção de Pampilhosa da Serra

a) Comissão Política de Secção

b) Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 17h00 às 19h00

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Portimão para reunir no próximo dia 15 de Outubro de 2016 (sábado) pelas 16h00, na sede sita na Rua Infante D. Henrique, loja 110 com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Apresentação e aprovação da Estratégia Autárquicas 2017
- 3 - Outros Assuntos

PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Póvoa de Lanhoso para reunir, no próximo dia 28 de Outubro de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00 na sede da secção, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação política



CONSELHO DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e do regulamento eleitoral da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Santarém, para o dia 22 de outubro de

2016, pelas 15 horas, no Palácio do Infantado de Benavente, sito na Praça da República, Samora Correia, Benavente, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Informações e análise da situação política.

CONSELHO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Nos termos do artigo 64.º dos Estatutos Nacionais da JSD e do artigo 20.º do Regulamento Interno Distrital, serve o presente para convocar uma assembleia ordinária do Conselho Distrital da JSD de Castelo Branco, a ter lugar no próximo sábado, dia 29 de Outubro, pelas 15h30, na sede do PSD Oleiros com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Balanço do Conselho Nacional;
3. Análise da situação política;
4. Eleições Autárquicas;
5. Outros Assuntos;

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Concelhia da JSD de Castelo Branco para reunir no dia 13 de Novembro de 2016, pelas 14 horas, na Sede do PSD Distrital de Castelo Branco, sita na Rua do Pina, n.º 10, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia de Castelo Branco.

Nota:

As urnas estarão abertas entre as 14h00m e as 18 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem estatutariamente o substitua, na morada supra citada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentos da JSD.

CELORICO DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis,

convocam-se os militantes da Concelhia de Celorico da Beira, para o Plenário a

realizar no dia 12 de Novembro de 2016 (Sábado), pelas 21:00 horas na Sede do PSD de Celorico da Beira sita Rua António Fernandes C. Almeida 19 Loja, Celorico da Beira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Celorico da Beira.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do

Congresso Distrital ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorre na Sede do PSD de Celorico da Beira sita Rua António Fernandes C. Almeida 19 Loja, Celorico da Beira.

As urnas estarão abertas entre as 21:00 horas e as 23:00 horas.

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário concelhio da JSD de Fafe, para reunir no dia 5 de Novembro de 2016, pelas 14 horas, na Sede do PSD Fafe, sita na Praça 25 de Abril, s/n, com seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Concelhia.

Notas:

As urnas estarão abertas das 14h00m às 17 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem estatutariamente o substitua, nos locais supra referidos, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

FAFE

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e do regulamento eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário concelhio de Fafe, para reunir no próximo dia 14 de outubro de 2016, pelas 15 horas, na Sede do PSD Fafe, sita na Praça 25 de Abril, s/n, com seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política local e nacional;
- 3 – Outros assuntos.

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenários concelhio da Juventude Social Democrata de Penafiel para reunir no dia 4 de novembro de 2016, pelas 21 horas, na Rua "O Penafidelense" nº 9 - 1 Dt.º - 4560 - PENAFIEL, com seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos órgãos concelhios

Notas:

As urnas estarão abertas das 21 horas às 23 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem estatutariamente o substitua, nos locais supra referidos, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

PAMPILHOSA DA SERRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário concelhio da JSD de Penafiel para reunir no dia 26 de novembro de 2016, pelas 17 horas, na Sede Concelhia do PSD de Pampilhosa da Serra, sita na Estrada dos Lobatos, s/n, Pampilhosa da Serra, com seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos órgãos concelhios, Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia.

Notas:

As urnas estarão abertas das 17 horas às 19 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem estatutariamente o substitua, nos locais supra referidos, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Póvoa de Varzim para reunir no próximo dia 2 de Novembro de 2016 pelas 21:30, na sede do PSD, sita na Praça do Almada nº7 1º piso, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Balanço da atividade da Comissão Política;
3. Análise da situação política local e nacional;
4. Outros assuntos.

ELEIÇÃO DOS DELEGADOS AO CONGRESSO DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e regulamentos aplicáveis, convocam-se os plenários concelhios da Juventude Social Democrata do Distrito do Porto para reunir no dia 4 de novembro de 2016, pelas 21 horas, nos locais em baixo designados seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos delegados ao Congresso Distrital do Porto

Amarante - Edifício do Salto, S. Gonçalo - 4600 - AMARANTE

Baião - Rua de Camões - 4640 - BAIÃO

Felgueiras - Rua Luís de Camões - 4610-212 FELGUEIRAS

Gondomar - Rampa Combatentes Grande Guerra, 31 - 4420-090 GONDOMAR

Lousada - Travessa S. Sebastião, 121 - 4620 - LOUSADA

Maia - Rua Eng. Duarte Pacheco, 987 - 4470-282 - VERMOIM MAIA

Marco Canaveses - Largo Sacadura Cabral, 10 - 2º Dto. - Fornos - 4630 - MARCO CANAVESES

Matosinhos - Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98 - 4450-200 MATOSINHOS

Paços Ferreira - Avenida dos Templários, 309 - Dtº - 4590-508 PAÇOS DE FERREIRA

Paredes - Rua 1º de Dezembro - 4580 - PAREDES

Penafiel - Rua "O Penafidelense" nº 9 - 1 Dtº - 4560 - PENAFIEL

Porto - Rua Guerra Junqueiro, 64 - 4150-386 Porto

Póvoa de Varzim - Praça do Almada nº 7 - Escrit.1 - 4490 - 438 - PÓVOA DE VARZIM

Santo Tirso - Largo Coronel Baptista Coelho, nº 21 - 4780-370 Santo Tirso

Trofa - Rua Camilo Castelo Branco, 222 - 4785 - TROFA

Valongo - Av. Rodrigues de Freitas, 880 - 4445 - 634 - ERMESINDE

Vila do Conde - Praça da República, nº 7 - 4480 - 715 VILA DO CONDE

Vila Nova de Gaia - Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n 1323 - 4400-129 VILA NOVA DE GAIA

Notas:

As urnas estarão abertas das 21 horas às 23 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem estatutariamente o substitua, nos locais supra referidos, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

REGULAMENTO DO CONGRESSO DISTRITAL DO PORTO

CAPÍTULO 1 – DO PRESENTE REGULAMENTO

Artigo 1.º (Objeto)

O presente Regulamento visa dar cumprimento ao disposto nas alíneas a) e b) do artigo 3.º do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais, disciplinando o funcionamento do Congresso Distrital da JSD Porto, a realizar no dia 12 de novembro de 2016.

Artigo 2.º (Definição)

O Congresso Distrital é o órgão máximo representativo de todos os militantes da JSD, inscritos na respetiva circunscrição territorial.

CAPÍTULO 2 – DO CONGRESSO DISTRITAL E SEUS MEMBROS

Artigo 3.º (Competências)

É da responsabilidade do Congresso Distrital:

- A eleição dos órgãos distritais - Mesa do Conselho Distrital e Comissão Política Distrital;
- A definição da política e linhas gerais de atuação dos órgãos distritais, através da aprovação de uma moção de estratégia global e de moções setoriais.

Artigo 4.º (Composição e Direitos de Voto)

1 - Compõem o Congresso Distrital, com direito a voto

- o Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Distrital;
- os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias regularmente eleitas e em exercício de funções, com a possibilidade de delegação prevista na alínea b) do artigo 27º do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais, comunicada à Mesa do Congresso Distrital até à véspera do dia do Congresso Distrital;

c) 110 representantes das estruturas concelhias, denominados Delegados, eleitos nos termos do artigo seguinte.

2 - São ainda membros do Congresso Distrital, ainda que sem direito de voto:

- A Mesa do Conselho Distrital, que será também a Mesa do Congresso Distrital;
- Os membros da Comissão Política Distrital;
- Os membros do Conselho Distrital mencionados nas als. e), f), g), h), i), j), k), l) do art.º 4 do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais.

3 - A qualidade em que um Membro participa no Congresso Distrital é imutável durante o decurso do mesmo.

4 - Competirá à Mesa do Conselho Distrital verificar a existência do quórum, designadamente verificando a qualidade dos presentes.

Artigo 5.º (Eleição e Inscrição de Delegados)

1 - A eleição dos Delegados atribuídos a cada Concelhia através da aplicação do Método de Hondt após atribuição automática de 1 delegado a cada Concelhia cujos órgãos se encontrem regularmente eleitos e em funções, rege-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral com as seguintes ressalvas:

- As eleições dos delegados das Concelhias são marcadas pelo Conselho Distrital, convocadas pelo respetivo Presidente da Mesa, preferencialmente, ouvindo as concelhias, sendo os atos eleitorais presididos pelas respetivas Mesas dos Plenários Concelhios e regem-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral da JSD
- Os atos eleitorais deverão ocorrer com a maior simultaneidade possível;
- Até ao 5º dia posterior à publicação das convocatórias, o Presidente da Comissão Eleitoral Independente da JSD remeterá à Mesa do Conselho Distrital a indicação do número de militantes de cada concelhia do distrito.
- Com base nesta indicação, a Mesa procederá ao rateio pelas concelhias e, até ao décimo dia posterior à publicação da convocatória, comunicará ao Presidente da

CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada concelhia, admitindo-se para este efeito o uso dos meios de comunicação electrónica oficialmente inscritos nos serviços da JSD.

e) As atas dos processos de eleição dos delegados nas respetivas concelhias, deverão ser remetidas à Mesa do Conselho Distrital, dentro do prazo estipulado no cronograma em anexo.

f) Caso alguma concelhia não proceda à eleição dos seus delegados, não envie a ata de eleição ou algum dos seus delegados não efetue a sua inscrição dentro do prazo definido no cronograma em anexo, serão os seus delegados redistribuídos tendo por base o mesmo critério.

2- Todos os delegados ao Congresso Distrital devem inscrever-se através de formulário disponibilizado pela Mesa do Conselho Regional e comprovar o pagamento da taxa de inscrição, até à data prevista no cronograma em anexo.

Artigo 6.º (Direitos dos Membros)

Constituem direitos dos Membros do Congresso Distrital:

- Apresentar requerimentos, propostas e moções sectoriais;
- Apresentar moções de estratégia global nos termos do Presente Regulamento;
- Interpelar e pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso;
- Participar nas discussões e votações;
- Interpelar os órgãos Distritais;
- Usar do direito de resposta, quando visados;
- Apresentar declaração de voto por escrito, para constar em acta, exceptuando-se tal prerrogativa relativamente às abstenções.

Artigo 7.º (Deveres dos Delegados)

Constituem deveres dos delegados:

- Comparecer ao Congresso Distrital com pontualidade e proceder à sua inscrição/credenciação;
- Participar nas votações;
- Respeitar a dignidade do Congresso Distrital e dos seus membros;

d) Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou de quem o substitua nessas funções;

e) Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Congresso Distrital, e em geral, para a boa imagem da JSD.

f) Abster-se do uso de expedientes dilatatórios, ou requerimentos extemporâneos, inapropriados ou desproporcionais

Artigo 8.º (Participantes e Observadores)

1 - A Mesa do Conselho Distrital, a requerimento da CPD ou do próprio, poderá conferir o estatuto de participante a militantes ou personalidades, cuja intervenção nos trabalhos considere relevante, nomeadamente membros de órgãos e estruturas de apoio à CPD e Presidentes de Associações Académicas ou de Estudantes da Região.

2 - A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída no todo ou em parte das reuniões e confere aos visados o direito ao uso da palavra.

3 - A Mesa do Conselho Distrital poderá, igualmente, admitir a presença de observadores sem direito ao uso da palavra.

CAPÍTULO 3 – DOS TRABALHOS

Artigo 9.º (Data e Hora)

O Congresso Distrital da JSD Porto, decorrerá no dia 12 de novembro de 2016, em local a ser definido pela Mesa do Conselho Distrital, em articulação com a Comissão Política Distrital.

Artigo 10.º (Quórum)

1 - O Congresso Distrital reunirá à hora marcada desde que se encontrem presentes mais de metade dos seus membros ou meia hora depois da hora marcada com a presença de qualquer número de membros.

2 - A existência de eventuais interrupções ou pausas por necessidades alimentares, de descanso ou manutenção da ordem, não implicam nova verificação de quórum.

3 - Não é admitida a delegação de poderes para nenhum efeito ou qualquer forma de substituição, mesmo que parcial.

4 - Excetua-se do exposto o caso da substituição de um delegado, por impedimento de participação no Congresso Distrital, pelo membro seguinte da lista, desde que comunicada à Mesa do Conselho Distrital até à data limite de inscrição no Congresso Distrital.

Artigo 11.º (Funcionamento)

O funcionamento do Congresso Distrital, em tudo o que não contrarie a sua natureza ou o presente regulamento rege-se pelos termos que regulam os Conselhos Distritais.

Artigo 12.º (Ordem de trabalhos)

1. O Congresso Distrital terá a seguinte ordem de trabalhos:

- Sessão de abertura;
- Apreciação do mandato dos órgãos distritais - 2015/2017
- Apresentação e discussão das moções sectoriais
- Apresentação das moções de estratégia global e das candidaturas
- Eleição dos órgãos distritais mandato 2016/2018 e dos militantes honorários (urnas abertas entre as 16 e as 18 horas)
- Votação das moções setoriais;
- Tomada de posse dos órgãos distritais, após apuramento e publicitação dos resultados;
- Encerramento

2. A ordem de trabalhos poderá ser alterada a qualquer momento, sob proposta dos Órgãos Distritais, aprovada por maioria do Congresso Distrital.

Artigo 13.º (Uso da Palavra)

A palavra será concedida aos Conselheiros para os seguintes efeitos:

- Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de dez minutos, e de mais cinco minutos no fim da discussão;
- Exercer o direito de resposta, sem exceder os três minutos;
- Participar nos debates, tendo direito a cinco minutos de intervenção;
- Interpelar os órgãos distritais, sem exceder os três minutos;
- Invocar o regulamento e interpelar a Mesa;
- Apresentar requerimentos, protestos, contra-protestos e formular votos;
- Apresentar recursos, sem exceder os três minutos;
- Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os três minutos.

i) A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o tempo limite ou que desrespeite o regulamento, e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objeto do pedido de uso da palavra.

j) A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo disponível.

Artigo 14.º (Competências do Presidente da Mesa)

Compete ao Presidente da Mesa, ou a quem o substitua estatutariamente:

- Presidir ao Congresso Distrital, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respetivos trabalhos;



b) Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Conselho Distrital;

c) Conceder a palavra aos conselheiros e aos participantes;

d) Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;

e) Colocar à imediata votação todos os requerimentos admitidos;

f) Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes, designadamente advertindo o orador que esteja fora de ordem ou retirando-lhe a palavra;

h) Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais, bem como decisões do Congresso Distrital ou da sua Mesa.

Artigo 15.º (Competências dos Vice-Presidentes da Mesa)

Compete aos Vice-Presidentes:

a) Substituir o Presidente na sua ausência ou impedimento;

b) Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções;

c) Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas.

Artigo 16.º (Competências dos Secretários da Mesa)

Compete aos Secretários:

a) Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quórum e registar as votações;

b) Organizar as inscrições dos membros ou participantes que pretendam usar da palavra;

c) Fazer as leituras indispensáveis dos documentos, durante as reuniões;

d) Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;

e) Servir de escrutinador;

f) Elaborar as actas.

CAPÍTULO 4 - DAS MOÇÕES E CANDIDATURAS

Artigo 17.º (Moções de Estratégia Global)

1 - Os candidatos a Presidente da Comissão Política Distrital - e apenas estes - devem no mesmo prazo de apresentação das candidaturas submeter Moção de Estratégia Global por si subscrita em nome individual ou da lista que representa, onde constem o seu programa político, linhas gerais de atuação, prioridades e princípios ou outros elementos que o subscritor entenda fazer constar.

2 - Não há requisitos de forma ou limitações de qualquer natureza ao conteúdo destas moções.

3 - As moções de estratégia global poderão ter um título, sem que tal seja obrigatório, e a sua identificação pode incluir referência a uma lista ou lema ou localidade.

4 - Considera-se aprovada a moção de estratégia global da lista mais votada à Comissão Política Distrital.

Artigo 18.º (Moções Setoriais)

1 - As moções setoriais dizem respeito a temas específicos, regiões em concreto, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo e poderão ser subscritas e apresentadas por qualquer membro do Congresso Distrital, estando vedadas aos participantes ou observadores.

2 - Se aprovadas, e não contendendo com a moção de estratégia global vencedora, as moções setoriais devem ser entendidas pela Comissão Política Distrital vencedora como orientações do Congresso Distrital, a executar nos moldes possíveis.

Artigo 19.º (Apresentação e Poder de Disposição sobre as Moções Setoriais)

Os subscritores de moções setoriais poderão indicar quem fará a sua apresentação e poderão retirar as Moções até ao momento em que se inicie a votação das mesmas, acontecendo o mesmo no caso de se tratar de moções de autoria de Comissões Políticas Concelhias.

Artigo 20.º (Candidaturas aos Órgãos Distritais)

Devem ser apresentadas até às 23.59 horas do 3º dia anterior ao da realização do Congresso Distrital, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD.

CAPÍTULO 5 - DOS MILITANTES HONORÁRIOS

Artigo 21.º (Distinções Honorárias Distritais)

1. O Conselho Distrital pode atribuir a distinção de Presidente Honorário Distrital da JSD a antigos Presidentes da Comissão Política Distrital da JSD ou do PSD, que se tenham notabilizado excepcionalmente no exercício das suas lideranças, pelo serviço prestado aos jovens da Região, e pela promoção dos ideais da JSD.

2. A distinção de Militante Honorário Distrital é atribuída aos antigos dirigentes distritais da JSD que tenham, ao serviço da JSD e dos jovens da Região, contribuído de forma e mérito excepcional para a promoção do ideário da JSD.

3. A atribuição das distinções honorárias da JSD prevista nos números anteriores é feita em

Congresso Distrital nos seguintes termos:

a) As propostas de Presidente Distrital Honorário poderão ser subscritas pela Comissão Política Distrital, pela Mesa do Conselho Distrital, por um conjunto de pelo menos nove Comissões Políticas Concelhias, ou por um mínimo de 25% dos delegados ao Congresso Distrital.

b) As propostas de Militantes Distritais Honorários poderão ser subscritas pela Comissão Política Distrital, pela Mesa do Conselho Distrital, por um conjunto de pelo menos quatro Comissões Políticas Concelhias, ou por um mínimo de 15% dos delegados ao Congresso Regional.

c) A aprovação da distinção de Presidente honorário carece do voto favorável de pelo menos 2/3 dos votos expressos, devendo corresponder a mais de metade de todos os delegados com direito de voto no Congresso Distrital.

d) A aprovação da distinção de militante distrital honorário carece do voto favorável de pelo menos 1/2 dos votos expressos, devendo corresponder a mais de metade de todos os delegados com direito de voto no Congresso Distrital.

4. A perda de qualquer das distinções honorárias da JSD será deliberada em Conselho ou Congresso Distrital, por 2/3 dos delegados presentes, em caso de grave desconsideração pela Juventude Portuguesa, de afronta pública à JSD ou ao PSD, de desprestígio manifesto.

CAPÍTULO 6 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 22.º (Lacunas)

A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos e Congressos Distritais, em segundo lugar ao normativo do PSD e em terceiro lugar à lei geral subsidiariamente aplicável.

Artigo 23.º (Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor imediatamente após a sua aprovação.

Aprovado pelo Conselho Distrital, realizado em Felgueiras, a 3 de outubro de 2016

ASSEMBLEIA DE NÚCLEO DA EDP DE LISBOA/AML

Nos termos do Artº 56º dos Estatutos dos TSD e do estabelecido no Regulamento Eleitoral convocam-se todos os militantes da área geográfica do Núcleo da EDP de Lisboa/AML para reunirem em Assembleia de Núcleo no próximo dia 8 de Novembro de 2016, das 18H00 às 20H00, na Sede Distrital de Lisboa/AML, sita na Praça São João Bosco, nº 3 - B, em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição do Secretariado do Núcleo da EDP de Lisboa/AML.

Lisboa, 3 de Outubro de 2016

O Presidente do Secretariado Distrital dos TSD de Lisboa/AML

Álvaro Carneiro

Nota: De acordo com nº 3 do Artº 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, os processos de candidatura são apresentados até às 22H00 do dia 1 de Novembro ao Secretariado Distrital na Praça São João Bosco, nº 3 - B, em Lisboa.